



**XI CONSE**  
CONGRESSO NACIONAL DOS ENGENHEIROS



# Carta do XI Congresso Nacional dos Engenheiros – Conse

Os representantes dos 18 sindicatos filiados à Federação Nacional dos Engenheiros (FNE), reunidos virtualmente no XI Congresso Nacional dos Engenheiros (Conse), reafirmam – diante desse cenário de pandemia e mudanças climáticas, com a acentuada desindustrialização do País e impactos na economia e no mercado de trabalho – a convicção da necessidade urgente e da possibilidade concreta de retomar o desenvolvimento do Brasil, visando construir uma nação democrática, próspera, justa e avançada científica e tecnologicamente.

Para que esse objetivo seja alcançado, é fundamental que a engenharia tenha protagonismo e a seus profissionais sejam garantidas remuneração digna, condições adequadas do exercício de suas atividades e respeito à sua qualificação técnica.

Entre as medidas imprescindíveis para que o Brasil siga neste caminho do crescimento econômico, com distribuição de renda, garantia de acesso aos serviços essenciais e preservação ambiental, defendemos:

- Aprovar um projeto suprapartidário de Estado, com planejamento de políticas públicas em médio e longo prazos, independentemente do calendário eleitoral, visando dar continuidade aos programas nacionais prioritários, visando sobretudo elevar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da população brasileira e a inclusão social.
- Previsão orçamentária obrigatória nos três níveis de governo para conclusão de obras paralisadas como forma de assegurar geração de emprego e renda, e entregar equipamentos essenciais à população, assim como infraestrutura de produção necessária ao País.
- Implantação de um projeto permanente, com obrigatoriedade de verbas, de Engenharia de Manutenção preventiva e corretiva nas pontes, viadutos, túneis e barragens, cais e píeres para se evitarem tragédias previsíveis, assim como no conjunto das estruturas e edificações públicas e privadas, inclusive os destinados à arte, à cultura e à memória nacional.



# XI CONSE

CONGRESSO NACIONAL DOS ENGENHEIROS



- Preservação da Eletrobras como empresa pública, sendo instrumento essencial de organização do setor elétrico nacional na regulação de preços e operação.
- Planejamento da matriz energética brasileira, com a ampliação da utilização da geração distribuída (GD) de fontes renováveis. Propor como medida eficaz de mitigação de risco política socioeconômica voluntária e permanente de consumo fora dos horários de demanda máxima, com vantagem ao consumidor.
- Reavaliação da política de preços dos combustíveis da Petrobras, considerando que o Brasil é autossuficiente em refino e tem capacidade instalada para abastecer todo o País.
- Implementação de política de preservação do meio ambiente com medidas de enfrentamento das mudanças climáticas, em consonância com o Acordo de Paris e com a manutenção e fortalecimento dos órgãos de fiscalização e controle do meio ambiente.
- Preservação dos biomas, com destaque ao Cerrado e à Amazônia, com crescimento sustentável.
- Cobrança e auditoria quanto ao cumprimento do novo Marco Legal do Saneamento cujas promessas são universalização dos serviços, levando saúde pública e condições de vida digna a todos os brasileiros. Vincular as metas de universalização do esgotamento sanitário ao atendimento das metas de enquadramento dos corpos hídricos receptores, buscando eficiência e eficácia. Retorno da Agência Nacional de Águas (ANA) à estrutura do Ministério do Meio Ambiente, pasta à qual sua missão é mais pertinente.
- Autonomia dos entes reguladores de infraestrutura para cumprimento de suas missões.
- Retomada da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural e valorização da agricultura familiar, com efetivo repasse de recursos em volume adequado às demandas do setor, retirando o critério de “renda bruta” para enquadramento no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e implantando política de “juro zero” para itens da cesta básica produzidos por esse segmento
- Reforma tributária pela implementação de um sistema progressivo que deixe de penalizar a produção e o trabalho. Esse processo deve ser feito com amplo e democrático debate, envolvendo a sociedade civil e, em especial, as entidades representativas da engenharia para garantir a sustentabilidade do setor.
- Instituição de programas eficazes de crédito e desonerações tributárias às micro e pequenas empresas, assim como aos profissionais autônomos, para que possam manter suas atividades em meio à crise econômica.

# XI CONSE

CONGRESSO NACIONAL DOS ENGENHEIROS



- Implementar o Plano Nacional de Logística (PNL), priorizando a integração entre os modais e ampliando a participação da ferrovia e hidrovia, inclusive com saída para o Pacífico, retomando as obras portuárias e incentivando a navegação interior e de cabotagem.
- Investir em educação, ciência, tecnologia e inovação, com destinação de percentual adequado do Produto Interno Bruto (PIB) a esses setores, nos moldes das grandes democracias, visando pavimentar o futuro de forma sustentável e criar valores perenes de cidadania, paz e justiça social.
- Incentivo à pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação, com ênfase à retomada da industrialização e incentivo à política de conteúdo local.
- Aprovação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 13/2013, em tramitação no Senado, que cria a carreira pública de Estado e valoriza a profissão de engenheiro nos municípios, estados e União.
- Criação de mecanismos de fortalecimento das entidades sindicais em reconhecimento do seu papel intrínseco à democracia e de equilíbrio na relação capital-trabalho.
- Articulação e coordenação efetiva, entre União, municípios, estados para o enfrentamento da pandemia de Covid-19, com incentivo à pesquisa de vacinas com tecnologia nacional.

A FNE é partícipe da reflexão crítica do Bicentenário da Independência e da articulação para a realização da Semana de Arte Moderna de 2022 na direção da conquista de nossa soberania nacional e de nossa vocação democrática.

Precisamos recolocar o nosso país na vanguarda do desenvolvimento. Com a adoção dessas propostas, temos certeza de que a economia será alavancada, gerando um ambiente favorável ao empreendedorismo, à criação de empregos e, conseqüentemente, ao aumento da qualidade de vida dos cidadãos brasileiros.

São Paulo, 24 de setembro de 2021